

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 10.177 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 18.603 mil e Ativos Totais de R\$ 27.550 mil.

Em 26 de abril de 2017, a Companhia aumentou capital social no valor de R\$ 2.299 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Em 29 de dezembro de 2017 foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 96 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	24.267	15.042
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	14.711	10.153
Contas a Receber (Nota 6).....	8.294	3.666
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa (Nota 6).....	(179)	-
Outros Créditos (Nota 7).....	1.441	1.223
NÃO CIRCULANTE	3.283	2.602
Realizável a Longo Prazo	125	103
Outros Créditos (Nota 7).....	125	103
Imobilizado de Uso (Nota 8)	2	3
Imobilizações de Uso.....	30	30
Depreciação Acumulada.....	(28)	(27)
Intangível (Nota 9)	3.156	2.496
Ativos Intangíveis.....	4.369	2.961
Amortização Acumulada.....	(1.213)	(465)
TOTAL	27.550	17.644

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)	48.699	35.232
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 18).....	(6.066)	(4.666)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	42.633	30.566
RECEITAS OPERACIONAIS	1.531	630
Outras Receitas Operacionais (Nota 15).....	1.531	630
DESPESAS OPERACIONAIS	(30.307)	(24.770)
Despesas de Pessoal (Nota 16).....	(4.436)	(4.652)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17).....	(25.130)	(19.687)
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(46)	(56)
Outras Despesas Operacionais.....	(695)	(375)
RESULTADO FINANCEIRO	1.213	842
Receitas Financeiras (Nota 5).....	1.213	842
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.070	7.268
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(4.893)	(2.438)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.177	4.830
Número de Ações.....	2.632.579	2.632.579
Lucro Líquido por ação em R\$.....	3,87	1,83

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	15.070	7.268
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	958	506
Depreciação e Amortização.....	749	461
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa.....	179	-
Constituições de Provisões Cíveis.....	30	45
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	16.028	7.774
(Aumento)/Redução em Contas a Receber.....	(4.628)	466
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(240)	(728)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	(264)	5.261
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(4.883)	(2.051)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	6.013	10.722
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível.....	(1.409)	(1.989)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.409)	(1.989)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(46)	(2)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(46)	(2)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.558	8.731
Início do Exercício.....	10.153	1.422
Fim do Exercício.....	14.711	10.153
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.558	8.731

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são Contas a Receber reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração faz avaliação dos valores a receber e, no caso de deterioração, é reconhecida a perda por redução ao valor recuperável e classificada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e recebíveis.

2.6) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

2.7) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por *softwares* são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Fisco e Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinado ativo está sujeito à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com ativos ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperação do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	97	63
Fundos de investimento financeiros (2).....	14.614	10.090
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.711	10.153

(1) Refere-se a depósitos bancários à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

As aplicações em cotas de Fundos de Investimentos geraram resultado financeiro no exercício de 2017 no montante de R\$ 1.213 (2016 - R\$ 842).

6) CONTAS A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços prestados a receber (1).....	8.294	3.666
Provisão para perdas serviços prestados.....	(179)	-
Total	8.115	3.666

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das Intermediações nas Vendas R\$ 1.591 (2016 - R\$ 813), Intermediações nos Pagamentos R\$ 6.669 (2016 - R\$ 645), Manutenção de Fidelidade R\$ 19 (2016 - R\$ 74), Publicidades e Propagandas (2016 - R\$ 2.119) e na Receita de Agência - R\$ 15 (2016 - R\$ 15).

DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		2017	2016
PAZZEVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE			8.872	9.077
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10).....	-	-	875	866
Dividendos a Pagar (Nota 20).....	-	-	96	46
Contas a Pagar (Nota 11).....	-	-	7.901	8.165
NÃO CIRCULANTE			75	45
Provisões para Contingências Cíveis (Nota 13b).....	-	-	75	45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			18.603	8.522
Capital Social (Nota 12a).....	-	-	4.300	2.001
Reservas de Lucros (Nota 12b).....	-	-	14.303	6.521
TOTAL			27.550	17.644

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2015	2.001	88	1.649	-	3.738
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	4.830	4.830
Destinações: - Reservas.....	-	241	4.543	(4.784)	-
- Dividendos.....	-	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2016	2.001	329	6.192	-	8.522
Aumento de Capital (Nota 12a).....	2.299	-	(2.299)	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	10.177	10.177
Destinações: - Reservas.....	-	508	9.573	(10.081)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(96)	(96)
Saldos em 31.12.2017	4.300	837	13.466	-	18.603

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Lucro Líquido	10.177	4.830
Total do Resultado Abrangente	10.177	4.830

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Em 31 de dezembro						
	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total 2017	Total 2016
Publicidades e propagandas.....	-	-	-	-	-	-	2.119
Intermediações nas vendas.....	1.165	134	87	45	160	1.591	813
Intermediações nos pagamentos.....	3.866	2.722	27	20	34	6.669	645
Manutenção de fidelidade.....	19	-	-	-	-	19	74
Receita de agenciamento.....	15	-	-	-	-	15	15
Total de serviços prestados	5.005	2.856	114	65	194	8.294	3.666
Provisão para perdas serviços prestados.....	(39)	(1)	(2)	(9)	(128)	(179)	-
Total líquido para serviços prestados a receber	5.026	2.855	112	56	66	8.115	-

7) OUTROS CRÉDITOS

	2017	2016
Impostos e contribuições a compensar.....	1.288	1.177
Créditos tributários (Nota 19c).....	125	123
Adiantamentos e antecipações salariais.....	29	16
Devedores diversos.....	124	10
Total	1.566	1.326

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Contribuição à COFINS	3.791	2.889
Contribuição ao PIS	820	626
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.455	1.202
Outros Impostos	46	5
Total	6.112	4.722

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	15.070	7.268
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.124)	(2.471)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(65)	(45)
Outros (Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%).....	296	78
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.893)	(2.438)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	3	(65)
Impostos corrente:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.896)	(2.373)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.893)	(2.438)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do crédito tributário no montante de R\$ 125 (2016 - R\$ 123), refere-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 92 (2016 - R\$ 90), Contribuição Social no montante de R\$ 33 (2016 - R\$ 33), com expectativa de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 120 (2016 - R\$ 116).

d) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e COFINS) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R\$ 1.288 (2016 - R\$ 1.177).

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2017		Em 31 de dezembro 2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	97	-	63	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(77)	-	(37)	-
Scopus Soluções em TI.....	(19)	-	(9)	-
Valores a pagar:				
Scopus Soluções em TI.....	(1.170)	(4.421)	(316)	(4.303)

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
- b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
- O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48; e
- d) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis,

a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2